

“Grandes famílias”, política e estratégias escolares: conversões, reconversões e legitimação

Pedro Vasconcelos¹

Resumo

As estratégias de reprodução, conversão e reconversão, presentes nos processos de dominação social, representam objetos bastante estudados no que tange a grupos herdeiros de “grandes famílias”, seja da antiga nobreza em países europeus que contaram com essa estrutura social ou em outras configurações de grupos familiares com um longo legado de poder em diversas esferas sociais. Sem pretender empreender uma revisão exaustiva e definitiva destes trabalhos, o presente artigo tem como objetivo chamar a atenção para algumas possibilidades de análise deste fenômeno, especialmente no que tange os processos de conversão e reconversão de capitais herdados, com destaque para os investimentos em títulos escolares feitos por estes grupos em tentativas de legitimação de posições sociais estabelecidas e/ou conquista de posições ameaçadas em diferentes contextos. Após discutir alguns eixos de análise neste sentido, desenvolvidos por autores com trabalhos em contextos “centrais” ou mesmo “não periféricos”, apresentaremos resultados parciais de pesquisa empírica em andamento acerca do caso de parlamentares brasileiros em período recente, relacionando a questão das estratégias escolares de grupos familiares com elementos como parentesco e poder. Por fim e a partir deste diálogo, esboçaremos alguns limites e possibilidades para a construção deste objeto em contextos “periféricos”, com configurações sociais e históricas bastante diferentes, como o caso brasileiro.

Palavras-chave: Parentesco; política; títulos escolares; reconversões

Introdução

Alinhado a uma perspectiva do que se pode denominar “Sociologia do Poder” (SEIDL, 2013, p. 04), o estudo das dinâmicas de poder que permeiam as diversas estruturas sociais envolve, como questões essenciais, a tentativa de apreensão dos meios pelos quais os grupos dirigentes reproduzem a dominação em suas respectivas esferas de atuação, as formas de legitimação desta dominação presentes neste fenômeno de reprodução social e as condições sociais e históricas em que estes processos ocorrem. Ao considerar a reprodução social como fenômeno não linear, passível de diversas reorientações ao longo da história, ganha destaque o estudo dos mecanismos que permitem o sucesso ou fracasso de grupos dirigentes na manutenção de posições elevadas

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UNB).

na hierarquia social em diferentes espaços. Estes processos envolvem deslocamentos diversos destes grupos no interior de um mesmo espaço social ou entre outros espaços, sendo estes fenômenos respectivamente associados às ideias de acúmulo de capitais e legitimação por meio de *conversões* e às reorientações como esforço para manter o status social em face a ameaças de desclassificação entendidas enquanto *reconversões* (SAINT-MARTIN, 1993).

O olhar sobre as estratégias de reprodução, conversão e reconversão, as persistências e adaptabilidades presentes nos processos de dominação social, foi bastante estudado no que tange a grupos herdeiros de “grandes famílias”², seja da antiga nobreza em países europeus que contaram com essa estrutura social ou em outras configurações de grupos familiares com um longo legado de poder em diversas esferas sociais. Sem pretender empreender uma revisão exaustiva e definitiva destes trabalhos, o presente texto tem como objetivo chamar a atenção para algumas possibilidades de análise deste fenômeno, especialmente no que tange os processos de conversão e reconversão de capitais herdados, com destaque para os investimentos em títulos escolares feitos por estes grupos em tentativas de legitimação de posições sociais estabelecidas e/ou conquista de posições ameaçadas em diferentes contextos. Após discutir alguns eixos de análise neste sentido desenvolvidos por autores com trabalhos em contextos “centrais” ou mesmo “não periféricos”, apresentaremos resultados parciais de pesquisa empírica em andamento, esboçando por fim e a partir deste diálogo alguns limites e possibilidades para a construção deste objeto em contextos “periféricos” (BADIE & HERMET, 1993), com configurações sociais e históricas bastante diferentes, como é o caso do Brasil.

“Grandes famílias” e capital simbólico

2 Na ausência de outro termo suficientemente abrangente, que desse conta da multiplicidade de grupos sociais e contextos compreendidos neste fenômeno, optou-se por utilizar o termo “grandes famílias” para designar grupos familiares cujos membros ocupam (ou ocuparam) posições prestigiosas em diferentes espaços sociais por longos períodos de tempo. Não é, portanto, uma forma de “enaltecer” estes grupos ou tratar como “grande” em termos quantitativos (mesmo que o sejam), tal como o termo poderia sugerir em certos usos do senso comum, mas antes uma categoria que se pretende analítica, ainda que relativamente genérica.

Voltar a atenção para o estudo de linhagens familiares em posições hierarquicamente elevadas por longos períodos de tempo envolve perceber, por um lado, características próprias dos contextos e grupos em questão e características e mecanismos de reprodução social comuns a grupos familiares em diferentes períodos históricos. Para fins de apresentação de alguns eixos de análise, cabe distinguir portanto a apreensão de atributos que são próprios de determinado grupo social de lógicas comuns em grupos familiares em um sentido mais amplo.

No que tange a primeira proposta, terá destaque aqui o trabalho de Monique de Saint-Martin (1993) a respeito do “espaço da nobreza” na França, dos trajetos e estratégias de reprodução, reconversão e diferenciação de descendentes deste grupo social amplo que, a despeito de dois séculos após a Revolução Francesa (que marcou a instituição da República e da “meritocracia”, antagônicas à sua presença), continuam a manter-se em círculos homogêneos e separados de outros agrupamentos sociais, enquanto categoria social “à parte” ao mesmo tempo em que concorrem entre si na definição dos significados do “ser nobre” no presente. Como mostra a autora, a produção da crença sobre a categoria de “nobreza” é central para compreender as diversas formas pelas quais famílias centenárias constituem-se como grupo à parte, acumulando elevado capital simbólico com bases nessa diferenciação, em períodos históricos tão diferentes como o *Ancien Regime* e a República.

Enquanto “crédito” irreconhecível como capital e que repousa sobre a crença, o capital simbólico da nobreza é dotado de características próprias que se associam aos títulos e propriedades dos que o empreendem. Sua compreensão está associada historicamente e principalmente às ideias de *notoriedade*, *reconhecimento* e *pertencimento*, sendo necessário o reconhecimento da qualidade de nobre em uma família por outras frações de nobres, por grupos concorrentes (como a burguesia) e por “classes populares”. A ancestralidade atribuída ao nome de determinada linhagem familiar, associada à notoriedade produzida a respeito de um “nome de família” e às propriedades específicas de quem o mobiliza, é um importante componente simbólico nas definições de reconhecimento e pertencimento entre a nobreza, apresentando-se como trunfo em disputas internas pela definição de nobreza e externas contra

as mudanças sociais que alteram o rendimento desta espécie de capital simbólico. Assim, ao mesmo tempo que contribui para a unificação simbólica da nobreza, o reforço deste capital simbólico por frações de seus descendentes ainda hoje representa também uma tentativa de defesa de um grupo em declínio social (Idem, p. 31).

Um importante traço distintivo do capital simbólico da nobreza, percebido também enquanto produção de uma crença, é a afirmação de sua pretensa superioridade “natural” em relação a outros grupos sociais. Pesa na afirmação de estar “acima do povo” o que Saint Martin retoma como efeito de “*Noblesse oblige*”, o qual apresenta uma visão de que a condição de nobre impõe a seus detentores não somente privilégios mas, principalmente, obrigações que se traduzem em planos tão distintos como a política (como no paternalismo exercido no poder local) e sistemas de valores morais (Idem p. 26, p. 132). Longe de se reduzir a um mero discurso, a afirmação de superioridade por parte de membros da antiga nobreza e seus herdeiros comporta a manutenção e transmissão de costumes, atividades e empreendimentos centrados na aprendizagem da diferença e na vivência de atividades pretensamente “desinteressadas” (como esportes e passeios específicos), conformando um estilo de vida separado e reservado.

Os processos de conversão deste capital *nobiliário* ou, mais genericamente, de um capital simbólico volumoso tal como é característico em “grandes famílias” no poder, em capital cultural e econômico, os dois princípios de hierarquização nas sociedades diversificadas do presente (BOURDIEU, 1989, p. 382), são múltiplos e relacionam-se, entre outros fatores, com a história e posição de cada família em suas relações com as transformações introduzidas nas condições e modos de reprodução social, assim como com as representações que estes grupos fazem do futuro e da capacidade com a qual conseguem anteceder seus efeitos. Como estes processos são dificilmente indissociáveis dos processos transmissão, conversão e reconversão de outro capital que compõe majoritariamente a estrutura do capital global destas famílias – o capital social – cabe traçar algumas características a este respeito antes de entrar propriamente no âmbito das conversões e reconversões.

Grandes Famílias e capital social

Se a centralidade das dinâmicas envolvendo o capital simbólico ficam claras em um estudo sobre as grandes famílias da nobreza, é a análise dos mecanismos de acumulação e instrumentalização do capital social destes grupos que apresenta um alcance maior para os estudos sobre grupos familiares e suas relações com a conversão em outros capitais em períodos mais recentes, tal como o capital cultural e o investimento em títulos escolares.

O capital social, entendido enquanto capital de relações duráveis efetivas ou potenciais mas também compreendendo a ideia central de conhecimento e reconhecimento mútuos entre os que dele comungam, não se reduz às propriedades e capitais individuais dos agentes; funciona antes como “multiplicador” destas propriedades, sendo seu rendimento dependente das propriedades de cada membro tomado individualmente, do nível de integração e solidariedade interna deste grupo e das relações que seus membros podem efetivamente mobilizar (BOURDIEU, 1980, p. 02). A família, em especial as “grandes famílias” de grupos dirigentes tal como tratamos aqui, representam nichos limite de rendimento desta espécie de capital pela sua característica própria de integração e empreendimento coletivo (“espírito de família”), mas também pela centralidade que dão às estratégias de mobilizar e acumular, das mais diversas formas, este capital.

Deste modo, torna-se fundamental nos estudos destes grupos familiares a apreensão dos mecanismos de gestão e acumulação de capital social, o que compreende desde a análise das organizações sociais efetivamente voltadas para a acumulação deste capital (participação em clubes, reuniões “mundanas”, festas, recepções, etc.) até formas mais atualizadas e menos “ostentatórias” como a organização de visitas conjuntas a exposições de arte e conferências (SAINT-MARTIN, op. Cit., p. 56). A importância deste trabalho de gestão e acumulação se explica pelo seu já referido efeito multiplicador (“fazer valer” mais os títulos que se detém) e pela possibilidade que a manutenção e mobilização de relações úteis apresentam de garantia contra o declínio de posição social.

Modos de reprodução social, estratégias escolares e legitimação

Compreendidas algumas propriedades presentes em grandes grupos familiares dominantes, resta entrar mais diretamente nas possibilidades de abordagem do fenômeno da reprodução social e suas relações com os processos de conversão, reconversão, em especial no que tange às estratégias escolares. Neste eixo entram questões fundamentais como as estratégias de legitimação de poderes estabelecidos por grandes famílias e as reconversões movidas pela combinação de capital social com outros capitais herdados, inclusive o referido capital simbólico, nas tentativas de manter posições sociais privilegiadas e sobreviver às ameaças de desclassificação. Neste sentido, é de grande interesse compreender de que formas convivem e concorrem diferentes modalidades de reprodução social em um mesmo período histórico.

Pierre Bourdieu (1989), em amplo estudo acerca da distribuição e reprodução do poder em suas lógicas, espaços e relações específicas com o sistema escolar na França, fornece para além deste programa de pesquisa um referencial analítico frutífero para examinar as relações entre grandes famílias e as estratégias de reprodução, reconversão e legitimação de seus capitais, especialmente no que diz respeito aos investimentos escolares e seus significados. Bourdieu traça dois modos ideais-típicos de reprodução social: o modo de reprodução familiar e o modo de reprodução “escolar” ou “mediado pela escola” (Idem, p. 396-416). No centro desta oposição estão amplos processos de mudança social observados por Bourdieu na França e, em alguns níveis, também em outras sociedades avançadas (WACQUANT, 1996) e sintetizados nas “grandes tendências”: o crescimento da importância do capital cultural no acesso a posições de poder (em relação a um declínio relativo do título de posse econômica), e do declínio dos títulos escolares técnicos em relação ao aumento de importância de títulos de cultura “geral-burocrática” (BOURDIEU, 1996, p. 386). Tais tendências, que representam mudanças nas taxas de conversão de determinadas espécies de capitais, são sentidas de modo mais ou menos intenso por diferentes famílias e frações de grupos dirigentes, dependendo principalmente da estrutura do seu capital, o que pode movê-los em direção a conversões e reconversões.

O primeiro modo de reprodução é caracterizado pela transmissão direta de capitais entre as gerações, objetivada por exemplo na transferência de títulos de propriedade e na transferência do “nome de família” (como símbolo do

conjunto do capital simbólico familiar, tal como discutido anteriormente), e por estratégias diversas nas quais a busca de reprodução de determinado patrimônio é indissociável da busca pela reprodução e integração familiar.

Assim, estratégias de reprodução que poderiam ser vistas como “propriamente familiares” ou de “reprodução biológica” (casamentos, controle de natalidade) se cruzam com estratégias “propriamente econômicas”, que dizem respeito ao capital econômico da família e o que deve ser feito para mantê-lo. São centrais nesse sentido as alianças, por esses métodos “familiares”, entre grupos detentores de corporações em um mesmo ramo ou ramos distintos da economia, ou até mesmo a endogamia, visando tanto a contenção da divisão do capital econômico familiar quanto a sua integração, prestígio, etc. (Idem, p. 397).

A este respeito, Saint-Martin (Op. Cit., pp. 221-230) analisa as estratégias matrimoniais de distintas frações da nobreza mais ou menos mantenedoras de homogeneidade social e verifica, por exemplo, como alianças familiares que seriam inadmissíveis para herdeiros da antiga nobreza – como casamentos entre linhagens de nobres e linhagens de burgueses – foram aceitas em determinadas ocasiões em que se perceberam ganhos importantes em termos de capitais (especialmente capital econômico e social). Porém, longe de serem alianças meramente “utilitárias”, “calculadas” visando aumento global de patrimônio, suas bases podem ser encontradas nas afinidades de estilo e disposições comuns entre as famílias em questão, de alianças anteriores entre as famílias, da frequência em estabelecimentos escolares e “mundanos” semelhantes e, principalmente, da importância maximizadora em termos de capital social de se situar “entre dois mundos”: o da nobreza e o das finanças.

No que tange a questão da relação com a educação no modo de reprodução familiar, os usos da escola e do título escolar são nesse sentido bastante sistemáticos e específicos. No âmbito doméstico, para além da escola, o cuidado e controle com a escolha dos ambientes educativos são estritos, assim como a gestão do tempo: todos os momentos são educativos, no sentido das práticas e da “educação pelo exemplo”, como em passeios com parentes, jantares e mesmo em momentos recreativos. A ideia circunscrita nesta regularidade e controle é não deixar nada, ou quase nada, ao acaso (Idem, p. 186).

Já na escolha das escolas, Saint-Martin (Idem, pp. 184-208) ilustra como estas estratégias escolares situam-se no centro da “aprendizagem da diferença” característica do capital simbólico nobiliário, principalmente ao orientarem o convívio dos jovens herdeiros somente entre outros jovens do mesmo “meio” (nobres ou dominantes de outras origens), utilizarem praticamente em sua totalidade as escolas privadas e religiosas, as quais permitem tanto o aprendizado de uma moral e “maneiras de agir” específicas que incluem por exemplo a educação das mulheres para serem “boas mães e esposas honrosas” e o fortalecimento de disposições que visam a integração familiar e o “espírito de família”.

Esta relação específica com o sistema escolar, que diz respeito menos aos conteúdos propriamente acadêmicos do que a aprendizagem de maneiras de se portar com superioridade (como resume a máxima comportamental de “tratar cada um de acordo com o seu nível”) e distinção, de gerir relações que podem vir a ser úteis, etc., é semelhante à postura de herdeiros destas famílias em seus estudos de nível secundário e superior. Especialmente em períodos anteriores ao aumento de importância do modo de reprodução baseado na *École*, as estratégias escolares de grupos herdeiros da nobreza no modo de reprodução familiar seguiam as tendências de presença majoritária em estabelecimentos privados de ensino secundário e, para os que apresentavam diplomas de ensino superior, a preferência era por títulos “generalistas” ou “menos técnicos” (Idem, pp. 211-212), como a habilitação em direito e posteriormente títulos da ENA e Science Po.

A este respeito, é digno de nota o alcance que representou a formação jurídica e seus usos nos processos de reconversão de herdeiros da nobreza na Hungria do Antigo Regime, em um período de industrialização e diversificação de atividades e espaços sociais. Victor Karady (1989) mostra como o investimento em títulos de direito por parte de membros da nobreza, além de outras frações dominantes, representou a melhor alternativa para estes estabelecerem-se em posições de poder. Apesar das grandes diferenças em relação ao sistema escolar francês do período estudado por Bourdieu e Saint-Martin, traços como os usos da escola na acumulação de capital social (como no destaque dado à vivência das “mundanidades” da vida escolar) e os usos do título como legitimação social por estes grupos são aspectos comuns.

Uma das bases da recusa do ensino público está, tanto para descendentes da nobreza quanto para linhagens burguesas (as quais se aliam entre si recorrentemente, como assinalamos), na existência de um ethos anti-universalista, anti-republicano que lhes é característico. A recusa de formas “livrescas” de conhecimento e crença, em oposição ao universalismo, na importância da “experiência e virtudes pessoais” são traços característicos. Em suma, o que esperam do sistema escolar, mesmo do superior, é uma “boa educação moral e distinção social, o que o ensino privado está preparado para lhes fornecer” (BOURDIEU, op. Cit., p. 402). A educação guarda assim uma clara função de legitimação social para quem já tem uma posição estabelecida há gerações.

O estabelecimento cada vez maior do modo de reprodução baseado na escola transforma, como foi brevemente mencionado, as garantias, seguranças e, conseqüentemente, as estratégias e mecanismos de transmissão de grupos familiares assentados em capital simbólico e capital cultural distintos, em termos de legitimidade, do propriamente escolar. Este modo tem como característica fundamental uma compreensão mais generalizada do título escolar, em especial aquele garantido pelas instituições do Estado, como direito de entrada em postos (em termos efetivos, não formais), o que inclui as grandes funções de poder da alta administração pública e privada, nichos historicamente característicos de “elites” e anteriormente transmissíveis diretamente por vias como a herança familiar de títulos de propriedade econômica e de nobreza social, alianças matrimoniais, etc.

No caso francês, diferentemente da solidariedade e transmissão de privilégios por parentesco, desenvolve-se uma solidariedade de *corps*, grupo social com origem na grande *École* que realiza a cooptação e distribui ganhos para o grupo em estruturas de poder (principalmente no Estado, mas também em grandes corporações “tecnocráticas”), em uma estrutura de defesa do capital social semelhante, em termos lógicos, à integração familiar (Idem, p. 407). Apesar de tal semelhança na lógica de ação, o fato de seus membros deverem seus percursos e títulos ao sistema escolar público assegura sua legitimação quase incontestada sob os signos da meritocracia e tecnocracia.

No processo de “modernização” da Hungria do Antigo Regime, a mediação do título é sentida especialmente no caso da título de bacharel em

direito, tal como assinalado anteriormente. Sendo a principal nova via de acesso ao poder, a formação jurídica apresentou para os herdeiros da nobreza uma possibilidade de legitimação com custo relativamente reduzido, dadas as disposições compatíveis entre tal formação e as características do *habitus nobre*, como o caráter flexível das possibilidades de atuação, a relação comum com a manipulação de pessoas e de conteúdos, o caráter discursivo, e não manual, do ofício, e a “dignidade das finalidades profissionais, que se prestam a uma sublimação intensa” (KARADY, op. Cit., p. 111).

Investimentos escolares e reconversões

É nesta transformação da relação entre patrimônio dos grupos familiares e características dos instrumentos de reprodução, tendo no caso uma relação específica com o sistema escolar como instrumento central, que se originam as reconversões: os deslocamentos entre espaços sociais distintos dos de origem, relacionados à reconversão de uma espécie de capital em outra (BOURDIEU, 1989, p. 395). A mediação operada pela instituição de ensino superior na ocupação de postos e seus efeitos – como a “burocratização” crescente dos novos mercados de atuação profissional, por exemplo – apresenta dificuldades para a continuidade do estabelecimento de frações de grupos dirigentes em posições de prestígio e poder, em especial para aqueles mais intimamente relacionados com o modo de reprodução familiar, como as grandes corporações familiares e os herdeiros da aristocracia provincial no caso francês.

Estes grupos, cuja relação com a educação (e, conseqüentemente, os investimentos escolares prévios) é bastante diferente do que se apresenta como legítimo no modo escolar, e cuja identidade de “nobre” e portanto a negação do universalismo republicano ainda é mais forte, percebem com frequência mais tardiamente as necessidades de mudança que se colocam. Soma-se a este fator a questão da recusa recorrente e histórica, tanto em grupos de antigas aristocracias quanto grupos “de elite” em outros contextos, em exercer atividades técnicas e manuais ou “não correspondentes” com uma condição dominante (KARADY, 1991, p.111; SAINT-MARTIN, 1993, p. 244), o que também precisa ser contornado para que consigam sobreviver no espaço social.

As reconversões nestes casos devem então ao estado dos mercados profissionais, sendo mais frequentes a ocupação de espaços menos contrastantes com um capital simbólico *nobiliário* e/ou mais permeáveis, em termos de organização e burocracia, ao capital de relações sociais o qual estes grupos familiares tanto devem as suas posições. O estudo de Saint Martin (1993, pp. 265-282) apresenta várias indicações de mercados nesse sentido para o caso francês, como carreiras de cunho nas chamadas “relações públicas”, empresas de publicidade, organismos de arte, profissionais de decoração de ambientes e funções de relações públicas em empresas de luxo. Em termos escolares, a presença de herdeiros da aristocracia nestes espaços é favorecida por uma ampliação relativamente recente de estabelecimentos privados que, com custo escolar relativamente baixo, apresentam garantias de legitimação para herdeiros nestas posições.

No caso de “grandes famílias” menos profundamente imersas no modo de reprodução puramente familiar tal como foi caracterizado - seja por relações mais próximas com outros grupos sociais, posição geográfica em grandes cidades, investimentos escolares anteriores em estabelecimentos públicos, etc. - as reconversões se apresentaram de maneiras distintas, mas ainda devendo suas bases aos capitais herdados. É neste sentido que Bourdieu (1989, p. 415) salienta a complementaridade entre os modos de reprodução: tratam-se não de oposições marcadas, mas de usos e formas mais ou menos exclusivas de certas estratégias de reprodução, em ambos os modos a partir da família.

Assim, no modo de reprodução mediado pela instituição escolar tal como observado no caso francês, há uma série de dissimulações que possibilitam e legitimam a dominação e que compensam as perdas na transmissão direta de privilégios, especialmente no caso das famílias mais estabelecidas, nos quais se destacam: a acumulação mútua de títulos de nobreza social (adquiridos via herança ou matrimônios), de “nobreza escolar” (diploma de grandes *Écoles*) e de propriedade (BOURDIEU, 1996, p. 332); os ganhos em termos de capital cultural herdados no âmbito doméstico, que proporcionam grandes vantagens na admissão em instituições que favorecem herdeiros dotados deste tipo de disposições, além de valorizar mais o título escolar devido ao capital social, ao mesmo tempo em que se ocultam sobre o manto da “excelência escolar” e da “meritocracia” (SAINT-MARTIN, 1993, p.214); e a grande vantagem de ocupar

múltiplos espaços sociais em posições privilegiadas, o que representa bastante em termos de capital de relações sociais (BOURDIEU, 1989, p. 416). Este último ponto em especial diz muito a respeito da manutenção legítima de posições de poder por grupos familiares: ao conseguir se fazer presentes em vários espaços sociais, não só multiplicam o capital social mas também atuam de modo a tirar o máximo de benefícios possíveis de todos espaços e enfrentar assim o declínio em alguns deles, antecipando possibilidades frutíferas e menos custosas de reconversões.

Estudo de caso: Os usos dos títulos escolares entre parlamentares herdeiros de “grandes famílias” no Brasil

Uma forma de ressaltar a complementaridade entre os modos de reprodução social supracitados e problematizar a complexidade que alcançam as relações entre escolaridade e poder é tomá-las nos mais diferentes contextos. Esta é uma tentativa inicial de tratar das possibilidades de tomar como objeto as relações entre grandes famílias, legitimação e títulos escolares em um contexto bastante diferente dos quais os estudos citados ocorreram: herdeiros de famílias ligadas à política no Brasil. A partir de pesquisa empírica (entrevistas semi-estruturadas, análise de biografias, genealogias e material jornalístico) realizada com amostra de deputados federais e senadores brasileiros da 54^a Legislatura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cada um deles vinculados por laços de parentesco a grupos familiares detentores de cargos políticos eletivos em períodos anteriores, buscou-se levantar, entre outras questões, os principais recursos sociais detidos por estes agentes e a relação destes recursos com a mobilização dos laços de parentesco.

Entre a multiplicidade de recursos sociais analisadas na pesquisa, os parlamentares entrevistados destacaram o que podemos denominar como seus *recursos de expertise*: a importância dos títulos escolares e respectiva vinculação profissional na condução de suas carreiras políticas e na consagração das posições de poder que ocupam no interior do Congresso Nacional. A problematização das relações entre este recurso social e os laços de parentesco no espaço político foram demonstrados em estudos anteriores para o caso de “herdeiros políticos” no Rio Grande do Sul (GRILL, 2003, 2007,

2008), os quais figuram direta e indiretamente como referências centrais para a compreensão deste objeto. No caso em pauta apresentaremos, a partir dos casos empíricos analisados, algumas especificidades nos usos e concepções da ideia de *expertise* entre os herdeiros de patrimônios políticos no Legislativo Federal.

É relevante na compreensão das lógicas de ação e estratégias de legitimação um olhar para os diferentes modos de conceber, entre os herdeiros, as relações entre profissão e título escolar com a atividade especificamente parlamentar, mas também com a atividade política em geral. Socialmente vinculada a ideais como “capacidade técnica” e “competência”, a aquisição de um título escolar se mostra fundamental para a quase totalidade dos deputados federais e senadores. A valorização deste título, por sua vez, está associada a profissões socialmente superiores em termos de prestígio e/ou rendimentos tais como os títulos de direito, medicina, engenharia e profissões (declaradas) como empresário, administrador de empresas, produtor rural, professor, etc. Entretanto, deter um título difere bastante dos múltiplos usos a ele associados. No caso de “homens políticos”, transparece com frequência a politização destes usos, feita de distintas formas a partir da relação com trajetos específicos, e figurando como um eficiente recurso de legitimação de posições políticas ocupadas.

Neste sentido, há maneiras sutilmente diferenciadas de mobilizar o título escolar com fins de legitimação, decorrentes dos recursos sociais com os quais podem contar determinado agente e seu grupo familiar. As variações levantadas nesta pesquisa vão desde aqueles que possuem um título citado como profissão declarada em suas biografias, mas sem qualquer identificação mais profunda e sem menção a este fator na carreira política, até aqueles que, tendo exercido ou não uma atividade profissional, mobilizam de algum modo a formação escolar em seus trajetos como os principais trunfos que possuem. Em comum, entretanto, guardam o fato de terem fins de legitimação e seus usos estarem sempre conjugados com relações não profissionais com a atividade em questão, isto é, transcenderem as fronteiras da atividade profissional propriamente dita, politizando-a.

Como exemplo da primeira variação mencionada, o depoimento de um senador paraibano com longa experiência em cargos eletivos, eleito deputado

federal pela primeira vez aos 23 anos de idade, questionado acerca dos trunfos valorizados no âmbito do Legislativo Federal para a ocupação de posições de poder:

“quem tem uma formação jurídica agora, por exemplo, como membro da Comissão de Constituição e Justiça aqui no senado e tem uma formação jurídica, eu *não sou jurista mas sou um advogado* inscrito regularmente na OAB, termina tendo um pouco de vantagem. Mais pelo fato de ter sido 03 vezes prefeito, ter sido 02 vezes governador, você passa a ter uma visão muito ampla de vários temas e aí é a *estrada da vida, é o conhecimento, é a experiência mesmo no viver o dia a dia da sociedade que lhe traz uma bagagem de experiência que lhe ajuda no desempenho do mandato.*” (grifos meus)

Concepção semelhante transparece na fala deste ex-senador e ministro que, mesmo ingressando na política eletiva a partir dos 36 anos de idade, após ter atuado profissionalmente como professor universitário, concebe de um modo bastante particular a formação escolar:

“(...) a universidade é muito importante para a formação do pensamento político e de cerceamento das atitudes que você pode tomar na vida politicamente. Você tem que tomar partido, tem que tomar posições, posições que são às vezes polêmicas no meio que você vive, mas que ali é um aprendizado. Acho que a universidade é um grande aprendizado para o mundo político”.

Como é possível perceber, mesmo quando mencionado como referência de trunfo na carreira política, o título perde em relevância: o que transparece no discurso é a valorização da experiência política (“estrada da vida”) ou, como no segundo depoimento, a própria experiência escolar é vista como “aprendizado para o mundo político”.

A compreensão dos usos da formação escolar entre os herdeiros se torna mais complexa quando tratamos daqueles que a mobilizam de modo mais direto, que se identificam com determinada profissão e reivindicam a si próprios uma correspondente *expertise*. Neste caso, quando a atividade profissional foi efetivamente exercida, os meios de acesso a ela são totalmente político-familiares e a atuação foi vinculada diretamente ao mundo da política, dotando a própria denominação “escolar” de um sentido diferente e específico, inseparável de outras esferas sociais (política, família). Tomando o caso de um deputado federal sul-mato-grossense, proveniente de uma família com inserção

privilegiada nos meios político-eletivos e jurídicos no estado de origem, ficam claras as relações combinadas entre *expertise* e parentesco.

Deputado federal em seu segundo mandato, neto de imigrante libanês que se destacou no comércio e posteriormente alçou ao posto de cônsul honorário do Líbano em seu estado. O grupo familiar do parlamentar em questão ilustra um perfil de ascensão social comum a imigrantes árabes e seus descendentes em outros estados do Brasil, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas e Ceará: uma primeira geração que prosperou no comércio e, ao estabelecer-se economicamente, permitiu aos seus descendentes da segunda geração o acesso a títulos escolares socialmente valorizados como medicina, direito e engenharias (TRUZZI, 1992, 2008; GRILL, 2003). Essa segunda geração é também a que ingressa posteriormente em atividades político-eleitorais.

A entrada do grupo familiar na política se dá por meio do pai deste parlamentar, bacharel em direito pela UERJ que, após e durante a atuação como advogado criminalista, professor de direito penal e procurador, alcançou ao longo da carreira política os cargos de vice-prefeito da capital do estado, deputado estadual por dois mandatos e deputado federal por cinco legislaturas consecutivas. Com os direitos políticos cassados pelo regime militar em 1964 por dez anos, consagrou-se publicamente como “defensor da democracia e do estado de direito”. Entretanto, o que mais se associa à imagem que produziu em torno de si, na visão de apoiadores e colegas de diversos partidos, é a ideia de “seriedade”, “ética” e “notável saber jurídico”. Além da experiência profissional como docente na área de direito e nos cargos jurídicos supracitados, é relevante mencionar sua participação como titular de uma das mais importantes comissões da Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) – tendo em uma ocasião ocupado a terceira vice-presidência, além de segundo-vice-presidente de uma comissão especial para a Reforma do Judiciário e segundo-secretário da prestigiosa Mesa Diretora da Câmara por um período de aproximadamente três anos.

Com a declaração de aposentadoria do patriarca, honrar o cobiçado patrimônio familiar na Câmara dos Deputados coube não aos filhos mais velhos e politicamente mais experientes, mas a Fabio, que nunca havia disputado uma eleição para cargos públicos municipais, estaduais ou federais. Argumentamos

aqui que esta sucessão familiar figura como exemplo central para entender as relações entre a mobilização de *expertise*, as exigências maiores de legitimação em determinados espaços políticos e usos do parentesco neste contexto.

O parlamentar em questão, Fabio, filho homem mais novo de um total de três filhos e duas filhas do patriarca, demonstra por uma série de motivos ter sido conduzido como o mais adequado para figurar como “herdeiro nato” do pai no espaço que projetou nacionalmente o grupo familiar: a Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar está o efeito de *fratria*, comum a grandes famílias ligadas ao poder. Este consiste em uma espécie de “divisão do trabalho” familiar no qual cada membro ocupa posições em diferentes espaços, o que favorece acúmulo ainda maior de capital na forma de relações de amizade, reciprocidade e alianças políticas; além disso, como ressaltamos anteriormente a partir de Bourdieu (1989, p. 416), a presença em múltiplos espaços atua de modo a tirar o máximo de benefícios possíveis de todos eles e resistir com força aos revezes vivenciados em outros contextos. No caso de Fábio, a divisão em termos de postos públicos-eletivos consistiu previamente em um irmão como prefeito da capital do estado, outro irmão como vereador e posteriormente deputado estadual e o já citado pai na Câmara dos Deputados, cargo que ficaria vago com sua aposentadoria. Havia necessidade de ocupar este espaço com um membro de confiança e capacitado deste núcleo familiar, restando a Fabio, “advogado militante e professor universitário”, a tarefa de constituir-se simultaneamente como herdeiro legítimo de um grupo familiar e representante político de um estado no Legislativo Federal.

Mesmo em um contexto social distante daquele mencionado em países centrais, nos quais teria grande força simbólica o modo de reprodução escolar das elites, a construção de uma candidatura legítima no caso em questão perpassa a aquisição de legitimidade escolar; especialmente no caso do grupo familiar em questão, dado que a consagração do patriarca na política ficou marcada por esta alegação de *expertise*. Muito embora os outros irmãos tenham igualmente alcançado, antes de Fabio, títulos importantes em termos de legitimação escolar – o mais velho formou-se em Medicina e o segundo irmão também em Direito, ambos por universidades conceituadas no Rio de Janeiro – é Fábio quem investe na construção de uma biografia marcada pela *expertise* e conhecimento amplo na área do Direito: graduação em universidade no Rio de Janeiro, região distante do seu estado e no centro cultural e econômico do país;

dez anos de docência nas melhores faculdades e pós-graduações em Direito do seu estado; criação de um instituto jurídico que objetiva, em suas palavras, a formação de “núcleos pensantes” em direito penal no estado; além da participação de dezenas de congressos, simpósios e palestras na área. Diferentemente dos irmãos, cujos percursos deram-se desde cedo a partir do mundo estritamente político dos cargos públicos municipais e estaduais, as credenciais detidas por Fábio para entrada na política eletiva são marcadamente escolares.

Não obstante, o próprio faz questão de subscrever em todo seu percurso escolar e profissional um componente não-escolar e não-profissional em sentido estrito, mas fundamental para a legitimação de suas futuras posições: a condição de liderança e “destaque” em cada atividade exercida, ou ainda a associação feita de forma personalizada a “grandes nomes” da área do direito. É assim que podem ser interpretadas, por exemplo, as menções do parlamentar à sua condição de orador da turma na ocasião de sua formatura em direito e aos professores ilustres de quem foi aluno e monitor (segundo ele, “todos autores de obras jurídicas nacionalmente prestigiadas”).

No que diz respeito diretamente aos processos político-eleitorais referentes à candidatura de Fábio, além da base ampla de apoiadores reunidos pelo grupo familiar e partido político, o que o projetou para candidatar-se diretamente ao disputado cargo de deputado federal em termos simbólicos e de constituição de sua própria imagem demonstra ter sido a ação empreendida por ele quando presidente da OAB estadual: a cassação da aposentadoria vitalícia de um ex-governador do estado.

Embora provavelmente nascida de um ataque político, ou seja, de cunho pessoal, ainda que exercida a partir de espaços e mecanismos formais, a um poderoso desafeto de seu grupo familiar, esta atitude de uma entidade de organização de interesses capitaneada por Fábio não foi vista como tal: foi antes mobilizada e ganhou um contorno fortemente moralizante, “ético”, “justo”, de “economia dos cofres públicos”. Os ganhos políticos deste processo derivaram enormemente da ação bem sucedida de dar repercussão nacional ao caso graças à posição da OAB nacional e de outras regionais em estender a ação por todo o país, colocando o estado nos holofotes da “moralização política” no Brasil no período e, conseqüentemente, dotando Fábio de ampla visibilidade positiva.

Ao mesmo tempo em que fomentou a biografia de Fábio em termos pessoais, dando-lhe um caminho “próprio”, o caráter que essa repercussão assumiu traz afinidade com o capital simbólico do pai, consagrado ao longo de sua vida como “defensor da ética e da justiça”.

Reconstituindo assim alguns elementos da trajetória de Fábio, percebe-se um complexo sistema que envolve a mobilização dos vínculos de parentesco na aquisição de competências escolares, capital social e conhecimento sobre as dinâmicas político-eleitorais; o acúmulo deste volumoso capital de relações sociais herdado e realimentado constantemente, visualizado a partir do efeito multiplicador que este capital exerceu no rendimento das competências escolares adquiridas: convites para lecionar em importantes centros de ensino superior do estado e a facilidade de trânsito profissional desde o início da carreira como advogado, culminando no convite para formar chapa vitoriosa na entidade de classe estadual que por sua vez forneceu cacife próprio para construir candidatura viável para a Câmara dos Deputados. Deste modo, patrimônio político e de relações sociais herdados por grupo familiar, os investimentos escolares, organizações de interesses profissionais e dinâmicas político-eleitorais se cruzam em uma trajetória singular, ilustrando parte da complexidade que permeia as bases da legitimidade política em contextos periféricos.

Considerações finais: “Grandes famílias”, política e estratégias escolares em condições periféricas

Este artigo, fruto de reflexões sobre possibilidades de análise do tema indicadas por outros estudos e da exposição de resultados parciais de pesquisa em andamento, pretendeu oferecer algumas bases para esta discussão; traçar limites e potencialidades do uso de recursos explicativos destas abordagens para condições periféricas como o caso brasileiro pode ser frutífero em nível de reflexão, mesmo que feito ainda de modo incipiente e a título de considerações finais.

Como ponto de partida, é possível observar três grandes limites que se apresentam de maneira complementar: a dificuldade de apreender as relações objetivas entre a estruturação do espaço escolar e do espaço (ou dos espaços) de poder, relações as quais, caso existam, dificilmente se estruturam de modo

tão direto como a que sustenta os casos discutidos pela literatura internacional levantada (CORADINI, 1996, pp. 425-428). A diversificação dos espaços sociais e sua relativa autonomia, pré-condição dos modos pelos quais se orientam as possibilidades de reconversão nos trabalhos citados e, se tomada de maneira estrita, questionaria a própria noção de reconversão apresentada, visto que deslocar-se entre campos pressupõe a própria existência de campos razoavelmente delimitados; e a oposição entre classes e frações de classes próprias às realidades subjacentes, o que torna várias hipóteses acerca das lógicas de ação e legitimação destes grupos compreensíveis apenas no contexto em que estão inseridos.

O que de alguma forma pode se apresentar como possibilidade a partir dos estudos discutidos a respeito de outras sociedades foi a tentativa de captar, a partir das observações discutidas aquelas com maiores pretensões de generalização sobre os casos específicos, o que aparentam ser princípios comuns e o que se apresenta como singularidade. Entendidos em um sentido amplo, sem incorporar as oposições características do contexto francês, traços como estratégias e busca por diferenciação, formas de gerir e garantir a integração familiar, modalidades da construção de alianças com outras famílias de distintas posições sociais e seus limites, além de princípios de legitimação que fazem alusão ao exercício do poder como “direito e obrigação” possivelmente ecoam ou podem ser aproximadas às lógicas de dominação engendradas grandes famílias em diferentes contextos, centrais ou periféricos. De maneira análoga, abordar como se estrutura o capital global destas famílias, atentando para a possível centralidade do capital social e simbólico em suas relações com outros capitais como o cultural e o econômico demonstram ser caminhos profícuos.

Outra possibilidade complementar é a tentativa de apreender as condições em que estão dadas as disputas, tal como tentamos compor a partir dos estudos referenciados. Ao tornar efetivamente claras as condições nas quais a reprodução social opera – legitimidade corrente dos meios de transmissão (com destaque para o sistema escolar), grau de integração dos grupos familiares em posições dominantes, estado das lutas entre grupos concorrentes, etc. - a investigação pode ter condições então de compreender como os grupos familiares engendram estratégias adaptativas de forma a permanecer em

posições de poder e como enfrentam, com mais ou menos sucesso, os riscos de declínio colocados pelas transformações sociais.

Sob esta perspectiva destacamos por fim as estratégias escolares e seus respectivos usos políticos, tal como demonstrou ser característico no caso de grandes famílias presentes há gerações no espaço político brasileiro. Assim, a situação empírica apresentada ilustra os efeitos de dinâmicas neopatrimonialistas presente em situações periféricas, no qual, por sua vez, se baseia este caráter ao mesmo tempo mais “técnico” e politicista na organização de interesses em sua relação com o recrutamento de elites políticas (BADIE, 1994 apud. CORADINI, 2011, p. 202). Tal observação e o estudo de caso tornam ainda mais complexa a discussão empreendida a respeito da complementariedade dos modos de transmissão baseados na escola e baseados na família, e é justamente aí em que se encontra a validade de pesquisas que problematizam os efeitos políticos e sociais das condições periféricas nos esquemas de interpretação das dinâmicas sociais em contextos distintos.

Referências

BADIE, Bertrand.; HERMET, Guy. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État: grands écoles et esprit de corps**. Paris: Minuit, 1989.

_____. **The state nobility: elite schools in the field of power**. Cambridge: Polity Press, 1996.

_____. **Le capital social**. In. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, jan., 1980. Pp. 2-3.

CORADINI, Odaci Luiz. **Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos III, 425-466, Nov. 1996.

_____. **Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007.** Sociedade e Estado, vol. 26, janeiro-abril 2011.

GRILL, Igor Gastall. **“Família”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do título escolar no exercício do métier.** *Tomo*, n. 10, p. 85-111, 2007.

_____. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul.** Tese (doutorado em ciência política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão.** *Revista Sociologia e Política*, n. 30, p. 65-87, 2008.

KARADY, Victor. **Une nation de juristes: des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d'ancien regime.** In. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (86/87), mars, 1991. p. 106-124.

SAINT MARTIN, Monique de. **L'espace de la noblesse.** Paris: Métailié, 1993.

SEIDL, Ernesto. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites.** In. SEIDL, E., GRILL, I. G. (orgs). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

WACQUANT, LOÏC. **“Foreword”.** In: BOURDIEU, P. **The state nobility: elite schools in the field of power.** Cambridge: Polity Press, 1996.